A GEOGRAFIA COMO FERRAMENTA NA REDUÇÃO DA INJUSTIÇA EDUCACIONAL

ALINE CAPONI GUSSI

RESUMO

Neste artigo trataremos da influência social determinante para a injustiça educacional em nosso país. As formas de organização social, cultural e ideológica determinam a escola que lhes convém ter. Discutiremos a escola como produto social bem como a Educação como processo social intrinsicamente ligadas, ou seja, os conflitos e fracassos escolares são, na verdade, conflitos sociais que se refletem na escola, já que esta é produto daquela. Pontuaremos assim, como a Geografia pode ser ferramenta útil na construção de uma educação que combata e reduza a injustiça educacional.

Palavras-chave: Sociedade; Educação, Escola; Injustiça educacional; Geografia.

INTRODUÇÃO

Neste artigo abordaremos questões envolvendo o uso da Geografia como ferramenta potente para a diminuição da injustiça social e educacional. Uma série de autores tratam da importância de discutir as questões das injustiças sociais levando em consideração a história da educação no Brasil, a sociedade atual e suas influências sobre a escola.

A intencionalidade de educar no Brasil, desde os seus primórdios, esteve diretamente atrelada a condições sociais e não a um genuíno desejo de educar para a instrução e autonomia. Educação esta que foi iniciada pelos jesuítas com dois principais objetivos, entre eles:

O interesse em catequizar os índios, convertê-los ao catolicismo não com o intuito principal de levá-los a religião (uma vez que estes foram "coisificados" e vistos pela própria igreja como seres sem alma), mas de ganhar adeptos que pudessem contribuir com recursos para a manutenção da igreja e que através dessa conversão pudessem, quem sabe, ter uma chance de salvação.

Interesse de estabelecer relações e diálogo com os índios para descobrir a terra e extrair dela suas riquezas.

As questões sociais atreladas à Educação são nítidas desde o período jesuítico, período este em que, os índios foram "educados" para servirem de objetos de exploração em um território conhecido por eles e foram explorados juntamente com o território nacional, uma vez que, possuíam, por exemplo, adornos com pedras preciosas e conheciam todas as riquezas de nossa terra, que lhes foram retirados pela igreja, esta aproximou-se deles com a desculpa de

"educá-los", os índios foram educados não para serem instruídos ou livres, ao contrário, foram educados para a submissão à igreja e ao homem branco. Desta forma, o objetivo principal desta pesquisa é, além de discutir a influência social na Educação, apresentar a Geografia como ferramenta potente no combate a injustiça educacional e social.

Como base desta pesquisa utilizaremos ideias de autores como Bourdieu, Althusser, Piletti, Saviani, Bourdieu, Foucault, Ratzel e Raffestin.

Contexto Educacional no País

Desde a colonização, o Brasil vem sendo construído com base na desigualdade e exclusão social. Construção esta que deixou marcas muitíssimo bem definidas em todas as camadas sociais e educacionais de nossa sociedade.

A educação é um processo essencialmente social, que consiste basicamente na ação das gerações adultas sobre as novas, podendo variar no tempo e no espaço, segundo os ideais e interesses dos grupos que a promovem. (PILETTI, 1984, p. 81).

Sendo a Educação um processo essencialmente social, esta reflete a sociedade em que vivemos. Desta forma, a injustiça social e, consequentemente, educacional é uma dura realidade a ser reconhecida e enfrentada.

Para Bourdieu (1992), a escola funcionaria como uma instituição reprodutora das desigualdades sociais.

Althusser faz uma conexão entre a educação e o que chamou de "aparelhos ideológicos do Estado", dispositivos que, ao serem acionados, tendem a manter as classes dominantes no poder. As instituições escolares seriam um desses aparelhos a serviço do Estado.

Embora que toda educação possa ser de certa forma considerada

"autoeducação", o indivíduo educa-se sempre por ou para determinada situação, por meio de uns tantos recursos técnicos e humanos, que a sociedade lhe prepara cui-

dadosamente, tanto fora quanto dentro da escola.

Segundo Meksenas (2003), para Karl Marx (1846), a educação não é uma, ao contrário, toda educação é de classe, isto porquê a educação que a classe empresarial recebe difere da educação recebida pela classe trabalhadora, para o autor, Marx (1846), concebe a escola em nossa sociedade como instituição controlada pela classe empresarial e transmissora de sua ideologia que, treina trabalhadores para uma atividade onde estes serão explorados.

Assim, a escola está inserida em uma sociedade de classes, capitalista e injusta que necessita de pessoas capacitadas para determinadas tarefas, a necessidade de mão de obra capacitada juntamente com a ideologia pertencente a tal sociedade é o que de fato influencia e acaba por determinar o que é importante ao aluno aprender. Assim, socialmente, define-se o que os estudantes devem aprender para servir de mão de obra social, comete-se injustiça educacional ao determinar o que determinado cidadão tem ou não o direito de aprender. A classe dominadora, ao definir o currículo educacional impõe a classe dominada a condição de manutenção social, ou seja, determinasse o que a escola deve ensinar negligenciando aos estudantes da classe dominada o saber pertencente à classe dominadora.

Não bastasse isso, a escola sofre uma grave crise de identidade. Políticas públicas nacionais atrelaram o direito ao recebimento de benefícios sociais á frequência escolar, incentivando a população a frequentar as aulas para receber diversos tipos de "bolsa auxílio" (dinheiro), alimento, leite, entre outros. E utilizam como critério apenas a frequência sem questionar o aproveitamento escolar. Neste caso a crítica é direcionada aos critérios para adquirir determinados benefícios e não aos programas sociais propriamente ditos, uma vez que, a simples exigência de estar em sala de aula passa aos estudantes e suas famílias a ideia de que não é importante para a sociedade que os cidadãos ali presentes estejam aprendendo a pensar por si ou que estejam avançando em seus conhecimentos científicos e pedagógicos, não importa que avancem. Fica-nos óbvio a intencionalidade de apenas manter estas pessoas no espaço escolar, não há o objetivo de fazê-las avançar ou de emancipa-las preparando-as para mudar suas condições sociais e de vida, não intencionalidade de educar estes indivíduos para liberdade e transformação social.

Para Freire, a Educação deve ser democrática, formar indivíduos autônomos, capazes de pensar e decidir por si mesmos e transformar o mundo.

Vê-se aqui claramente que isto não ocorre no sistema educacional brasileiro.

Além disso, socialmente a escola é vista como uma suposta "segunda mãe", essa visão maternal da escola consiste basicamente em responsabilizá-la pelos fracassos sociais e pela obrigação de cuidar e providenciar um futuro digno a seus cidadãos, diminuindo assim a carga do Estado com os mesmos e sua responsabilidade frente ás mazelas sociais. O Estado intencionalmente cria para a escola a imagem de uma escola maternal e joga nela a culpa pelo fracasso de uma sociedade que foi minuciosamente projetada para funcionar exatamente como está posta a nós.

Segundo Piletti (1988), o fracasso escolar aponta obviamente para alguns fatores internos da própria escola (que são determinados socialmente), mas principalmente para fatores sociais, ainda que as escolas fossem semelhantes, apresentariam rendimento variado de acordo com características sócio culturais em que seus alunos estão inseridos. Novamente a escola se nos aparece como instrumento de reprodução social.

A família também é um dos fatores determinantes do fracasso escolar, isto porque, é na família que a criança vivencia suas primeiras experiências sociais e afetivas e é nela que adquire comportamentos, crenças e valores, deve-se levar em consideração a importância da participação familiar no processo de ensino e aprendizagem e educação de suas crianças, isto por que, cada criança é um indivíduo com sua singularidade e vivência própria, a escola deve valorizar o conhecimento de mundo do aluno e trabalhar para ampliá-lo. Mas acima disto, a escola deve conscientizar a família da importância de reconhecer e discutir sua as condições sociais em que estão inseridos e sua participação na educação de suas crianças.

Famílias que sofreram injustiça social e educacional acabam por não cobrar o essencial que é uma educação que proporcione para esta criança condições de pensar por si mesma, se libertar da alienação e pressão das camadas sociais formadas para conter este estudante sempre em sua condição social.

Levando em consideração a relevância da família no processo educacional dos estudantes e que também está inserida em uma sociedade desigual e injusta, torna-se necessário que as unidades educacionais desenvolvam um trabalho de discussão geográfica com estas famílias, estudantes e comunidade do entorno e conscientização acerca da temática, discutindo questões envolvendo a ocupação dos espaços e território onde se encontram, refletindo, buscando registros e informações sobre como originou-se a comunidade, de onde e porque estas famílias estão ocupando este espaço, na tentativa de conscientizar e diminuir nas escolas e famílias a reprodução das desigualdades vivenciadas socialmente. Isto porque, famílias

que tiveram uma educação alienante e deficitária não conhecem o poder da mesma e acabam aceitando qualquer proposta que lhes é vendida como "boa", isto funciona como uma cadeia e um grande círculo vicioso, pessoas que não conhecem o poder transformador do conhecimento e as questões sociais entranhadas a Educação facilmente contentam-se com pouco e educam ou aceitam que suas crianças sejam educadas para a alienação também, assim as camadas socialmente dominantes mantem-se no poder porque detém o conhecimento escolar enquanto que os outros, das camadas dominadas, permanecem acreditando que, ao ter um lugar garantido em sala de aula, estão tendo acesso à educação e que isto, por si só, lhes proporcionará, por exemplo, condições de igualdade e justiça social.

Acerca disto, Bourdieu tratava da importância de que as camadas dominadas conheçam as relações sociais de poder, uma vez que, estas determinam a perpetuação da classe dominante sobre a dominada:

É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU,

1989, p. 7-8).

Ainda sobre isto, o autor afirma que as relações sociais de comunicação são relações de poder onde os envolvidos objetivam aumentar seu poder simbólico. Tais relações ocorrem o tempo todo garantindo a manutenção do poder de uns e a condição de dominado de outros.

Os sistemas simbólicos são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam contribuindo assim para a submissão inconsciente dos dominados. (BOURDIEU, 1989, p.11).

Foucault, também discute as relações de poder. Para ele o poder é uma determinante social construída historicamente e sustentada pela autoridade. Ele afirma que todas as relações são de poder, ou seja, há sempre o poder de um grupo em detrimento de outro.

O que Foucault e Bourdieu têm em comum é, por assim dizer, uma desconfança em relação ao consenso que caracteriza as relações sociais presentes. Essa desconfança estaria autorizada por uma percepção inicial acerca das desigualdades que caracterizam a distribuição de recursos sociais. [...] Para os dois autores, essa percepção inicial de que a sociedade se estrutura com base numa distribuição desigual de recursos, que, por sua vez, produz desigualdades estruturais quanto à capacidade de ação dos atores sociais, torna legítimo supor que a continuidade dessa situação se deva a mecanismos de poder que 'convencem' os dominados a aceitarem a sua posição inferior no sistema de diferenciações ou nas relações de força que caracterizam o campo. Ou por outra, seria lícito supor que os dominados gostariam de reverter a sua posição caso tivessem consciência dela. (PERISSINOTO, 2007, p. 317)

Tais estudiosos, mais uma vez, nos deixam clara a importância de desenvolver este debate com as famílias, estudantes e toda comunidade escolar, com o objetivo de discutir o currículo educacional e os componentes curriculares a serem trabalhados com os estudantes em sala de aula, frisando sempre a necessidade de refetir acerca do que e como estamos trabalhando com os estudantes, questionando qual a ideia por de trás de determinados conteúdos e como isto pode impactar na vida do estudante para sua emancipação de fato.

A Geografa e sua área de atuação.

Geografa é a ciência que estuda a Terra e os fenômenos biológicos, físicos e humanos relacionados a ela.

Dois campos importantes de sua área de pesquisa são: Geopolítica e a Geografa política que, embora semelhantes, tem abordagens diferentes.

Enquanto a Geopolítica estuda as relações de poder entre Estados e territórios e a forma como se organizam no mundo, blocos internacionais e econômicos, disputas territoriais e confitos diplomáticos e crises internacionais a Geografa política estuda a relação entre estado, território e sociedade, controle político de seus próprios territórios, principalmente as relações entre espaço e poder.

Entendemos que estes dois campos de pesquisa da Geografa podem colaborar para a diminuição da injustiça educacional vivenciada em nosso país, uma vez que, tal situação nada mais é que um refexo social.

Nesta pesquisa foram analisados alguns artigos, livros e diversas pesquisas científicas que discutem e apresentam reflexões acerca da relação educação e sociedade e que podem contribuir para uma maior compreensão da temática apresentada neste artigo. Alguns destes pesquisadores, além de discutir a organização social, discutem as relações de poder exercidas socialmente.

Para a Geografia, o poder está diretamente ligado ás relação entre instituições sociais do Estado e a organização do Estado e seu território. Soma-se a isto o fato de que a Geografia, enquanto ciência que estuda as relações humanas de poder e ocupação territorial; além de pontuar uma série de estudos e informações acerca de crises e disputas territoriais e diplomáticas, a Geografia elucida uma série de fatos históricos que culminaram na organização social como nos está posta. Entre eles, as ocupações territoriais e espaciais. Um dos primeiros estudiosos a tratar das questões territoriais foi Rafestin (1993, pág. 143). Para ele, o espaço é anterior ao território, o território se forma como resultado de uma ação conduzida, revelando relações de poder.

Ratzel (1914), discute fortemente as questões territoriais. Para ele, definir território estabelece a ligação entre ele e o Estado.

Na verdade, o solo nos aparece como a causa mais profunda da sujeição humana, na medida em que permanece rígido imóvel e imutável, abaixo das mutáveis disposições humanas, e se ergue dominador acima do homem toda vez que este ignora sua presença para adverti-lo severamente de que a raiz da vida está unicamente no solo. É ele que, duramente e sem nenhum critério de escolha, determina a cada povo seu destino. Cada povo é obrigado a permanecer no solo que lhe foi destinado, a viver e acomodar-se nele. Do solo se alimenta o egoísmo da conduta política dos povos, obrigados a agir conforme impõe as condições do seu território, ao mesmo tempo em que se ligando a este o mais intimamente possível, eles se utilizam de todos os meios para gozar somente suas vantagens, mesmo quando a afinidade de origem ou de civilização possa aconselhar o contrário. (RATZEL, 1914, p.81).

Vê-se aqui que, para o autor o território é que determina a formação social e suas relações sociais ocorrem no solo. Da ocupação deste solo é que se origina os povos e sua relação de poder social, ou seja, de acordo com a forma que os povos vão ocupando seu espaço em seu território, estes povos tem, por conta disto, maior ou menor relação de poder social. A ocupação territorial está diretamente ligada ás relações de poder.

Marcos Aurélio Saguet igualmente defende ocupações e divisões territoriais partindo da ideia de poder.

O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social (...) pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o "território nacional" sob a gestão do Estado Nação.

(SAGUET, APUD CANDIOTTO, 2004, p. 81)

Tais autores mostram-nos sempre a relevância de aprofundar o olhar crítico e científico-social acerca das relações socias, educacionais e de poder que vivenciamos, estamos inseridos em uma sociedade elitista, esta mesma insere os indivíduos onde lhe interessa, para manutenção do poder e das classes.

Diante disto, importa que a escola faça uso dos conhecimentos geográficos disponíveis, incentivando os estudos e discussões acerca da temática de conscientização social e política da manutenção do poder. Sabe-se que o aluno não tem poder de escolha sobre o que deve ou não estudar, sobre o que acha importante para sua vida aprender, ao contrário, os conteúdos e ações do currículo, apesar de afirmar levar em consideração o interesse do aluno, são definidos histórico, filosófico e ideologicamente.

Sobre isto diz Saviani (1991):

"O saber é histórico e como tal é apropriado pelas classes dominantes, mas isso não significa que ele seja inerentemente dominante. O que hoje se chama de "saber burguês" é um saber do qual a burguesia se apropriou e colocou a serviço de seus interesses".

Novamente esbarramos nas questões sociais e ideológicas. O currículo é responsável por direcionar o trabalho pedagógico do sistema escolar, orientando o trabalho do docente e os conteúdos a serem ministrados em sala de aula, ou seja, o currículo, ao indicar os conteúdos, que devem ser aplicados e selecionar o que é necessário aprender, tira do aluno o direito de escolha lhe impondo determinado conteúdo dito como "importante". Além da imposição, outra questão, talvez mais grave, é o fato de que estes conteúdos são determinados histórico, filosófico e ideologicamente, como citado acima, ora, a história da educação no Brasil sempre esteve ligada e mantida por questões de sobrevivência e manutenção das classes

sociais, portanto carregada de sua ideologia. Assim, a Educação, apesar de, segundo estudiosos, apresentar-se como instrumento a serviço do Estado para manutenção das desigualdades sociais, é a única ou maior instituição com capacidade de reconhecer, enfrentar, discutir e dar início ao processo de diminuição da injustiça social e educacional no Brasil. Os educadores tem papel fundamental nesta tarefa, reconhecendo seu papel político na educação dos estudantes, discutindo os componentes curriculares, afrmando constantemente a profunda necessidade de descolonização o currículo educacional, articulando os conteúdos e debatendo com os estudantes como as camadas sociais são organizadas e mantém-se no poder desde o período colonial, haja vista,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os estudos realizados e em concordância com os estudiosos citados acima, reconhecemos a importância de desenvolvermos pesquisas e discussões que promovam profunda refexão sobre o papel político e libertador da educação. Para além disso, a escola é lugar de debate, reconhecimento e descobertas, lugar de libertação e transformação pessoal e social.

A Geografa, enquanto ciência que estuda e discute as relações de poder social através das ocupações e divisões de espaço e território, é ferramenta muitíssimo potente para o aprofundamento das discussões acerca das camadas socias e, mais que isso, tem grande potencial no poder de refexão, reconhecimento e senso de pertencimento dos estudantes, é importante que estes reconheçam de qual camada social fazem parte e porque estão inseridos exatamente onde estão. Através dos estudos e conhecimento do território, proporcionados pelos estudos e pesquisas geográfcos, é possível fazê-los reconhecer as injustiças educacionais e sociais a que foram expostos. É somente no chão da escola, descolonizando o currículo, fazendo uso das ferramentas que se tem a disposição, como os estudos geográfcos e discussões de poder das classes dominantes e ocupação de território, que poderemos combater e diminuir as injustiças sociais e educacionais a que estamos expostos neste país desde sua colonização.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 3º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado. Lisboa: Presença 1970.

BOURDIEU, Pierre. A reprodução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

_____. Les Héritiers. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.

_____. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. Escritos da Educação. Petrópolis: vozes, 1998.

_____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. Uma refexão sobre ciência e conceitos: o território na geografa. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A.

Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Editora Paz e Terra.Rio de Janeiro, 1986.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1997.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GUSSI, Aline Caponi. Sociedade: fator determinante do sucesso ou fracasso escolar. Revista Projetos e Projeções, São Paulo, v. 6, março 2009. 2023. ISSN 25959042.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-flosófcos. São Paulo: Martin Claret, 2002. 198p.

_____. O capital. Vol. I. São Paulo: Difel, 1985. 289p.

_____. Para a crítica da economia política do capital: o rendimento e suas fontes. São Paulo: Nova Cultural, 2000 (Col. Os Pen-

sadores). 351p.

_____. Crítica da educação e do ensino. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa, Portugal: Moraes Editores, 1978. 255p.

MEKSENAS, Paulo. Sociologia da Educação. 11º ed. Edições Loyola, 2003.

PERISSINOTTO, R. História, sociologia e análise do poder. Revista História Unisinos, Rio Grande do Sul, v. 11, n. 3, p.313-320, 2007.

PILETTI, Nelson. Estrutura e funcionalismo do ensino de 1º grau. São Paulo, Ática, 1984.

_____. Sociologia da Educação. São Paulo, Ática, 1988.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. Geografia dell'uomo (Anthropogeographie). Turim: Fratelli Bocca, 1914.

ROSA, Tiago Barros. O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar. Rev. Sem Aspas, Araraquara, v.6, n.1, p. 3-12, jan./jun. 2017. e-ISSN 2358-4238.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 5).